

A ESCRITA A CONTRAPELO: DETALHES MENORES E A BUSCA PELA MEMÓRIA SOTERRADA

— MATHEUS MENEZES

RESUMO

Este ensaio se propõe a analisar o romance *Detalhe Menor* da escritora palestina Adania Shibli. A análise se atenta à crítica feroz ao empreendimento colonial israelense sobre o território palestino, entendendo que o romance se enquadra dentro de um movimento maior de parte da literatura contemporânea, ou seja, narrativas que buscam revisar a história pelo ponto de vista do oprimido. Mobilizando a ideia de “escrever a história a contrapelo”, de Walter Benjamin, busca-se pensar a literatura como uma forma possível de escrever a história a contrapelo, isto é, uma escrita literária interessada em rever as continuidades e descontinuidades históricas por uma perspectiva que não a dos discursos oficiais.

Palavras-chave: Literatura; História; Memória; Literatura árabe.

ABSTRACT

*This essay analyzes the novel *Minor Detail* by the Palestinian writer Adania Shibli. The analysis pays attention to the fierce criticism of the Israeli colonial enterprise over the Palestinian territory, understanding that the Palestinian novel fits within a larger movement of part of contemporary literature, the novels that seek to review history from the point of view of the oppressed. Mobilizing the idea of “writing history against the grain”, by Walter Benjamin, we seek to think of literature as a possible way of writing history against the grain, that is, a literary writing interested in reviewing historical continuities and discontinuities from a perspective other than that of official speeches..*

Keywords: Literature; History; Memory; Arabic literature.

Em ensaio publicado em 1966, o escritor e militante político palestino Ghassan Kanafani cunha a noção de Literatura de Resistência (*ʿAdab Almuqāwama*), noção que diz respeito ao conjunto de literaturas que germinavam no solo palestino ocupado pelo Estado de Israel desde 1948, após o evento conhecido em árabe por *Nakba* (catástrofe, em tradução literal), conhecido também como a Limpeza Étnica da Palestina. A noção de Literatura de Resistência, pensada por Kanafani, identifica duas principais temáticas: a vida no território palestino ocupado por Israel e a vida no exílio, causado pela ocupação israelense. Esses dois modos de vida são expressos na literatura palestina, seja em prosa ou poesia. Os dois principais temas são bifurcações, cujos caminhos colidem em direção a um tema comum: a vida sob a ocupação israelense. O conceito originalmente pensado por Kanafani, em 1966, foi expandido além das fronteiras do território palestino, já que, duas décadas mais tarde, Barbara Harlow publica o livro *Resistance Literature* (1987), em que se apropria do termo para alargá-lo, pensar nas literaturas inseridas no contexto das lutas decoloniais e nas literaturas do então chamado “terceiro mundo”.

Embora tenha sido expandido, seu significado original permaneceu intacto e atual para pensarmos a literatura produzida em território palestino ao longo dos anos, isso porque de 1948 até os dias atuais a situação colonial da Palestina não arrefeceu, pelo contrário, se intensificou. Ao longo desses mais de setenta anos de ocupação ilegal, a literatura palestina foi diretamente atravessada pela luta pela libertação, fazendo com que o ensaio de Kanafani fosse não apenas uma análise daquele período histórico, mas também um estudo abrangente sobre as condições da criação literária sob a barbárie. Barbárie que perpassa a literatura do próprio Kanafani, os versos de Mahmoud Darwish, Samih al-Qasim, Tawfiq Zayyad, e as novelas de Liana Badr, todos esses, em maior ou menor medida, também com escritos políticos. Isso não implica em reduzir essa literatura apenas ao rótulo de “militante” ou “engajada”, mas sim entender os processos criativos que diluem a luta palestina por libertação nas heterogêneas formas de criação literária.

Na esteira dessa tradição, existe uma nova geração de autores e autoras que seguem criando literatura neste território cada vez mais espremido pelas cercas. Uma representante desta nova geração é Adania Shibli, premiada autora palestina que, até então, já publicou três romances em língua árabe, o terceiro deles, *Detalhe Menor*, é o único traduzido para o português. *Detalhe Menor* é um romance publicado originalmente em 2016. Ele é dividido em duas partes, a primeira se passa em 1949, um ano após a *Nakba*, e todos os acontecimentos são narrados pela perspectiva de um militar

israelense que comanda uma expedição pelo deserto do Neguev. Ao encontrar um grupo de beduínos, o exército israelense chacina o grupo, poupando a vida de uma jovem garota que ainda nem se encontra na plenitude de sua adolescência. A garota é mantida em cativeiro pelo militar narrador, privada da própria vida, a menina sem nome é abusada sexualmente até o dia de não ser mais conveniente aos desejos do militar, que a mata. Toda essa primeira parte do romance é narrada em uma linguagem que beira o protocolar, como se estivéssemos lendo um relatório secreto de um militar, uma linguagem quase mecânica que resulta em uma escrita sem diálogos e assolada pelo silencioso ambiente do deserto do Neguev.

Já na segunda parte, há a história de uma jovem adulta palestina vivendo numa Ramallah sitiada. Assim como acontece com o primeiro narrador, não há grandes informações sobre ela: vive em um apartamento e possui um trabalho em um prédio comercial da cidade. A história dessa personagem, também sem nome, se desenrola quando ela se depara, num jornal, com uma vaga notícia sobre o caso da morte da menina beduína, ocorrido em 1949, história narrada no primeiro capítulo. Entretanto, o que chama sua atenção para o caso é justamente um detalhe menor, isto é, o fato de a menina ter sido morta no mesmo dia de seu aniversário, 13 de agosto; o que separa os dois eventos é apenas o ano, já que a narradora nasceu exatos 25 anos após o crime, em 1974. A partir da obsessão com esse detalhe, a narradora desafia os limites da prisão a céu aberto que é Ramallah em busca de desvendar o que de fato aconteceu há 25 anos, antes de seu nascimento, com a menina beduína, encontrada morta num acampamento militar israelense.

Embora haja algumas semelhanças resguardadas entre os dois capítulos, como os poucos detalhes sobre os narradores, de maneira geral podemos ler um capítulo como contraponto do outro: se no primeiro capítulo há a vastidão e o silêncio do deserto como pano de fundo, no segundo há o barulho e a claustrofobia de uma cidade sitiada por muros, grades, *checkpoints* e soldados fortemente armados; no primeiro, há a narrativa meticulosa que emula um relatório militar, no segundo, a narração de uma jovem adulta ansiosa vivendo nas ruínas de uma cidade volta e meia bombardeada; no primeiro, há o cotidiano relativamente tranquilo de um assentamento militar designado a chacinar povos do deserto, que não oferecem resistência ante o poderio bélico israelense, no segundo, a neurose constante da vida sob a mira de fuzis.

Essas contraposições são fundamentais para uma análise mais profunda do romance. É possível analisar a própria construção das personagens através das contraposições presentes no livro. Pelo fato de o romance não trazer grandes características aos narradores, poderíamos entender ambos como arquétipos dos sujeitos retratados: de um lado, o sujeito israelense, cuja identidade foi forjada como parte do projeto sionista de revitalização da identidade judaica moderna; de outro, o sujeito palestino subjugado, animalizado e mantido em cativeiro, representando o avesso radical de tudo o que o sujeito israelense representa. Não coincidentemente, essa lógica da construção do “nós”, em contraposição ao “outro”, é justamente o dispositivo que embasou grande parte do aparato colonial europeu, como nos mostra Edward Said em *Orientalismo*, ao indicar que não existiria um grande “nós” sem a presença de um grande “outro”, nas palavras de Said:

O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrente do Outro. Além disso, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, ideia, personalidade, experiência contrastantes (SAID, 2006, posição 319)

Em suas contraposições, Adania Shibli ilustra que essa mesma lógica é aplicada no projeto sionista de engendramento de uma identidade nacional para a população israelense, a criação de um “outro” avesso a tudo que se enquadra em um “nós”, e que, por isso, é passível de ser subjugado. Essa lógica se explicita no primeiro capítulo do livro, quando o narrador se refere à garota mantida em cativeiro como algo da ordem do sub-humano, fazendo constantes descrições sobre seu cheiro e seus modos. Há uma animalização do “outro” como álibi para a perpetuação da barbárie. Animalização essa que, por sua vez, também constitui uma prática colonial, já que os povos colonizados eram sistematicamente animalizados, a ponto de serem expostos em zoológicos na Europa até meados do século XX, como bem retrata a obra de Sandra S.M Koutsoukos (2020). Esse processo de animalização do povo palestino é captado de maneira exemplar no livro de memórias do poeta palestino Mahmoud Darwich, quando o autor se refere às políticas do ex-primeiro ministro israelense, Menachem Begin, durante os conflitos da Guerra Civil do Líbano:

Ele (Begin) tinha que nos destituir de nossa humanidade para justificar nossa morte, pois matar animais - exceto cães - não é proibido pela lei ocidental. [...] Ele imaginou que seus soldados, os caçadores desses animais, estavam em um safári [...] Por isso ele quer transformar a natureza daqueles que resistiram a ele em algo não humano, em uma natureza bestial. (DARWICH, 2021, pp. 93-94)

O corte temporal entre o primeiro e o segundo capítulo explicita que a política de desumanização e de contraposição entre um “nós” e um “outro”, cujo marco zero é a *Nakba*, se perpetuou e foi afunilada ao longo dos anos de ocupação.

No segundo capítulo, o processo de desumanização prossegue; desta vez, na constante restrição de direitos fundamentais a qualquer ser humano: o direito de ir e vir e o direito à memória. Como dito anteriormente, o segundo capítulo se desenvolve todo num espaço sitiado, onde há o esforço contínuo de minar toda e qualquer sensação de pertencimento à cidade. Todo movimento é vigiado na tentativa de deslocar o cidadão palestino de sua relação com a cidade, não há sequer a possibilidade de transitar livremente pelo espaço urbano, que se encontra fatiado por zonas nomeadas com as letras do alfabeto. Para se deslocar de uma zona para outra, os protocolos de controle estabelecidos devem ser seguidos e toda a devida papelada deve estar em dia. O controle brutal se expressa não apenas no corpo dos palestinos e na realidade tangível do espaço da cidade, há também o controle da memória coletiva como instrumento profundo de dominação, que se materializa através da manipulação do tecido histórico pelos “vencedores”, ao forjarem a história triunfal de Israel. Shibli explicita a manipulação do tecido histórico pela narrativa israelense como forma de se apossar da memória, manipulação efetuada de duas principais formas: a destruição do espaço físico e a degradação da memória coletiva. A primeira, implica no constante vilipendiar do território histórico palestino, como a destruição de vilas, extração de árvores anciãs, expulsão de famílias e a formação arbitrária de novas fronteiras, impossibilitando a criação de novos vínculos e novas memórias com essa terra. Já o controle da memória coletiva tem como substrato principal a manipulação da história em sua forma que mais se aproxima à forma material, ou seja, a manipulação do arquivo.

A narradora do segundo capítulo tenta compreender os acontecimentos ocorridos há mais de meia década através dos meios institucionais, o Museu de História do Exército Israelense. Para poder acessá-lo, ela burla o controle restrito do espaço físico para poder ter acesso aos museus e arquivos, o que resulta apenas em frustração, pois ela é capaz de subverter o controle espacial da cidade para chegar até o museu, mas lá se depara com a impossibilidade de burlar o controle da memória coletiva e da história. Essa incapacidade toma forma nas informações obtidas no museu nacional, quando a narradora indaga ao funcionário do museu sobre a história dessa unidade militar onde foi encontrado o corpo da jovem, ele responde explicando que:

[...] durante uma de suas rondas, eles encontraram o corpo de uma jovem beduína num poço próximo; e explica que quando os árabes suspeitam do comportamento de uma jovem mulher, eles matam e jogam seu cadáver num poço. E que ele se sente mal por isso, diz, e por existirem costumes assim entre eles. (SHIBLI, 2021, posição 1006)

A passagem acima mais uma vez explicita a lógica das contraposições inerentes ao discurso colonial. Além disso, é evidente a cooptação dos fatos históricos pelas instituições oficiais israelense na manufatura de uma história oficial, plenamente realizada através da submissão da memória coletiva à narrativa nacionalista israelense. Nessa versão, a menina não foi violentada e morta por representantes fardados e armados do Estado de Israel durante uma missão, cujo intuito final era redesenhar as fronteiras deste novo Estado-Nação, mas a garota foi vítima dos costumes bárbaros de seu próprio povo.

No romance, o discurso triunfante é sobreposto à verdade histórica, o que acarreta, ao longo dos anos, no apagamento da memória coletiva palestina. Ao tratarmos da memória coletiva, mobilizamos a definição proposta por Maurice Halbwachs, que diferencia a *memória individual* da *memória coletiva*. A primeira é, em alguma medida, influenciada pelos eventos históricos, mas ainda possui uma relação de exclusividade com o sujeito que a possui, ela não se confunde com a memória dos outros, embora seja condicionada pelo meio em que se forma. A segunda, por sua vez, também se circunscreve ao espaço e ao tempo, mas de forma mais alargada, nas palavras do autor:

Durante o curso da minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte foi teatro de um certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que conheci pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Eles ocupam um espaço na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros, que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas é a única fonte daquilo que quero repetir. (HALBWACHS, 1990, p. 54)

Entende-se, então, que a memória coletiva é mais facilmente manipulável na medida que sua existência depende diretamente de alguns elementos, como a imprensa, as testemunhas, ou a transmissão oral e o registro das vivências das testemunhas. O conceito de arquivo esboçado acima também é importante para pensarmos a memória coletiva, como a autora estadunidense Saidiya Hartman nos faz refletir em seu ensaio intitulado *Venus in two acts*, de 2008. Nele, a autora discorre sobre a violência do arquivo, ou ainda, a violência inerente ao silêncio e às lacunas dos arquivos, já que, muitas vezes, histórias e eventos são deliberadamente não contados, distorcidos ou registrados sob uma ótica enviesada, isso quando não são destruídos justamente para impossibilitar o registro arquivístico. Podemos entender isso como a política de uma não-memória, a ausência de elementos que possibilitam o florescer da memória coletiva.

Em meio às inúmeras lacunas da não-memória que circundam o território palestino, a narradora entende que o arquivo não seria o local apropriado para desenterrar a história soterrada de seu povo. Logo, a memória tem que ser escavada, já que a via institucional fornece apenas a invenção da história dos que triunfam sem qualquer possibilidade de refutação, ao passo em que a memória, que seria inerente ao território, é incessantemente desterritorializada. A pergunta que paira é: como ter acesso à memória em um território ocupado por uma política fundamentada e perpetuada em sua trituração? Aqui, a única maneira de acessar os resquícios desse passado é através dos pequenos detalhes que foram esquecidos de serem omitidos, que resistem ao empreendimento colonial ou que, simplesmente, foram poupados pelo acaso.

Outra passagem em que se explicita a política sistemática da destruição da memória coletiva ocorre quando a narradora se perde, após sair do museu, e tenta se auxiliar com um mapa que leva consigo no carro, um antigo mapa em árabe cheio de localizações não mais existentes. Todas as cidades e bairros no mapa árabe agora possuem

um nome hebraico ou foram destruídos para receber empreendimentos residenciais que emulam a arquitetura das moradias norte-americanas. A narradora se encontra num território que pode ser definido como um enorme palimpsesto, um espaço destruído onde novos espaços foram construídos a partir dos escombros, apagando o registro do que ali havia. Mas assim como no palimpsesto, sempre há um subtexto escondido ante a imponência de um novo discurso. Justamente nas brechas do palimpsesto é possível encontrar os rastros de outrora, são nos detalhes menores que residem os ecos que guiam ao passado soterrado.

São estes ecos que a narradora vai buscar ao dar as costas aos silêncios do arquivo. Ela se dirige para as proximidades do local do crime e desata a dirigir pelo deserto do Neguev. No deserto, ela encontra uma velha senhora beduína assolada por silêncios:

É ela, e não os museus do Exército, nem os assentamentos, nem os arquivos, que poderia ter os detalhes que me ajudariam a descobrir o que aconteceu com a menina e chegar à verdade de uma vez por todas (SHIBLI, 2021, posição 1316)

Este encontro mediado pelo acaso, que representa uma possibilidade de encarar a verdade, resulta no trágico fim da narradora. Ao se deparar com um soldado que desponta em meio ao deserto, a narradora leva as mãos ao bolso em busca dos chicletes que costuma mascar em momentos de tensão, este pequeno movimento faz com que ela seja alvejada pelas balas do soldado, no mesmo local em que a garota sem nome foi morta por fuzis israelenses exatos 25 anos antes de seu nascimento. Deste desfecho explicita-se a violência colonial enquanto repetição compulsiva, causada por feridas não cicatrizadas e traumas não elaborados, não vividos ou nem sequer recalçados. A própria elaboração do trauma histórico se faz tarefa impossível em um território assolado pela política sistemática da destruição da memória, fazendo com que a violência sofrida pelos antepassados das novas gerações não seja apenas um trauma que paira de forma fantasmagórica no plano do simbólico, mas antes, um trauma cuja impossibilidade de elaboração o faz retornar de maneira tangível no plano do real, numa espécie de psicose crônica. O desfecho do livro mobiliza todos seus elementos para nos trazer essa ideia de trauma perpétuo: duas mulheres, cujas vidas são cortadas pelo espaço temporal de 50 anos, ainda assim, ambas morrem da mesma maneira, no mesmo local e pelas mãos do mesmo algoz.

O final trágico da narradora se apresenta para enunciar o que se sufoca e, neste sentido, faz jus à noção de literatura de resistência elaborada por Kanafani. Além disso, o romance de Adania Shibli pode ser enquadrado em um movimento literário contemporâneo que se propõe a, parafraseando Walter Benjamin, escovar a história a contrapelo, que é a recusa à historiografia oficial dos que triunfam, é “ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhes a tradição dos oprimidos” (LÖWY, 2005, p. 74). Pensando em autoras contemporâneas como Ana Maria Gonçalves, em *Um Defeito de Cor* (2006), e Svetlana Aleksievitch, em *A Guerra Não Tem Rosto de Mulher* (2016), poderíamos expandir esse conceito para pensarmos em uma escrita a contrapelo, a escrita que se atenta ao que reside nas margens da história, numa narrativa interessada no menor, no marginal, no silenciado e no destruído. E é se atentando aos despojos da destruição que se erige a narrativa de Shibli, que nas brechas dos detalhes menores busca restaurar (ou reinventar) a memória vilipendiada pelo triunfo, buscando o que se esconde não no silêncio dos segredos, mas dos escombros.

MATHEUS MENEZES é professor e mestrando pelo programa LETra-USP (Letras Estrangeiras e Tradução), onde desenvolve pesquisa sobre a Revista da Liga Andaluza de Letras Árabes e a literatura mahjar no Brasil. Este ensaio foi desenvolvido como trabalho final da disciplina “Escritas do presente: proposições crítico-teóricas”, ministrada pela professora Andrea Saad Hossne. Contato: matheus.menezes@usp.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HARLOW, Barbara. *Resistance literature*. Nova Iorque: Methuen, 1987.
- HARTMAN, Sayidia. Venus in two acts. *Small Axe*, n. 26 (vol. 12, n. 2), 2008, pp. 1-14. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/arts/history/research/centres/blackstudies/venus_in_two_acts.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.
- KANAFANI, Ghassan. *Adab al-muqawama fi Filastin al-muhtela: 1948-1966*. Chipre: Rimal Books, 2013.

KOUTSOUKOS, Sandra S. M. *Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*. Campinas: Unicamp, 2020.

LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: alarme de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAHMOUD, Darwich. *Memória para o esquecimento*. Rio de Janeiro: Editora Tabla, 2020.

PAPPÉ, Ilan. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Editora Sundermann, 2012.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SHIBLI, Adania. *Detalhe Menor*. São Paulo: Todavia, 2021.